



Relato da Reunião Ordinária do CD EPSJV

10 e 11 de outubro de 2017

10 de outubro

INFORMES

Licenças médicas

Adriana Ricão está substituindo José Orbílio de Souza Abreu, que está em licença médica, na Vice-direção de Gestão e Desenvolvimento Institucional da EPSJV.

Na Coordenação de Administração, Filipe Santos está substituindo Leandro Nardaccio, que está em licença para acompanhamento de dependente, na Coordenação de Administração da Escola.

PAUTAS

Leitura das cartas encaminhadas à Reprepoli e à Direção por trabalhadores

O CD EPSJV fez a leitura coletiva de cinco cartas encaminhadas à Reprepoli e à Direção por trabalhadores da Escola para, em seguida, pensar coletivamente a gestão política do trabalho na EPSJV.

Foram lidas duas cartas do colegiado do Labgestão em resposta à carta-denúncia de Marcello Coutinho e ao servidor André Dantas; uma carta enviada por Adelyne Mendes, um abaixo-assinado em defesa de Adelyne Mendes e uma carta encaminhada por Gilberto Estrela.

Na resposta a Marcello Coutinho, o colegiado do Labgestão se defende da acusação de assédio, alegando que as acusações do trabalhador não têm fundamento e não retratam os fatos como realmente ocorreram.

Em resposta a André Dantas, o mesmo colegiado manifestou sua insatisfação e constrangimento com a exposição a qual vinha sendo submetido. A carta nega qualquer movimento de perseguição política como justificativa para a recusa da transferência desse servidor para o Labgestão.

Em sua carta, Adelyne Mendes diz que tem sido alvo de perseguição política e faz um relato detalhado da sua versão dos fatos pelos quais vem sendo acusada e também de outras situações relacionadas às acusações. No texto, ela pede ainda acesso à carta-denúncia de Marcello Coutinho e a retratação pública por parte desse trabalhador.

O abaixo-assinado foi uma iniciativa de alguns trabalhadores da EPSJV em solidariedade a Gilberto Estrela e Adelyne Mendes, acusados na carta-denúncia de Marcelo Coutinho. O documento é assinado por 32 pessoas.

Em sua carta, Gilberto Estrela se defende das acusações de Marcello Coutinho e critica a maneira como essa questão está sendo conduzida pela Direção e pela Representação dos Trabalhadores da EPSJV.

Após a leitura das cartas, a Direção esclareceu algumas questões sobre o recebimento dos documentos e afirmou que não era atribuição do CD EPSJV atuar como um tribunal, mas sim, avaliar os processos de trabalho.

A Direção esclareceu que antes que as cartas de André e Marcello chegassem ao CD EPSJV, houve tentativas de entendimento entre os envolvidos nos conflitos, com a mediação da Direção, Reprepoli e Seção de Gestão de Pessoas, para evitar que houvesse a exposição dos trabalhadores envolvidos. Houve ainda conversas com Andrea da Luz, da Comissão de Prevenção e Enfrentamento de Assédio Moral e Violência no Trabalho da Fiocruz, e Luciana Cavanellas, da Coordenação de Saúde do Trabalhador da Fiocruz, assim como com o coordenador de Gestão de Pessoas da Fiocruz, Juliano Lima, para ter orientações sobre como a Escola poderia conduzir essas questões.

Após esses primeiros esclarecimentos, Andrea da Luz e Luciana Cavanellas entraram para participar da reunião do CD EPSJV. Andrea explicou que a comissão foi criada em 2009 com o objetivo de contribuir para que a Fiocruz tratasse os conflitos de trabalho de forma não judicializada e litigante, fortalecendo os processos de trabalho na instituição.

Luciana disse que os conflitos entre trabalhadores da Escola se somam a uma grande procura, por parte dos trabalhadores da EPSJV, ao Núcleo de Saúde do Trabalhador (Nust) devido a questões de conflitos no trabalho, muitos motivados por divergências na última eleição para a Direção da Escola. Segundo ela, não só na Escola, como em diversas unidades da Fiocruz, há casos sérios de adoecimento e pessoas afastadas do trabalho também por motivos ligados ao processo eleitoral, o que tem sido muito prejudicial para as relações de trabalho na instituição.

Ela destacou ainda a importância de as gestões das unidades se envolverem nesse processo, apesar das dificuldades, e ressaltou que, desde 2009, quando foi criada a comissão, poucas situações se comprovaram como assédio moral, mas que os conflitos existem, alguns deles muito sérios e é preciso lidar com eles da melhor forma possível.

Andrea ressaltou que, muitas vezes, os conceitos de conflito e assédio têm sido usados pelos trabalhadores para falar de seus sofrimentos e dores particulares, já que não conseguem outro espaço para isso nos seus processos de trabalho. Ela destacou ainda que, no caso da EPSJV, a questão da movimentação interna aparece em todas as cartas como um ponto de sofrimento. Andrea também destacou a importância da mediação antes de se chegar a uma sindicância ou processo disciplinar, que são consideradas as últimas alternativas para essas situações.

As integrantes da comissão se colocaram à disposição da Escola para colaborar nos processos de mediação dos conflitos e também para pensar alternativas, como rodas de conversa ou palestras que contribuam com a mediação de conflitos.

A Reprepoli informou que se reuniu, no dia 5 de outubro, com Luciana e Andrea, para conversar sobre os encaminhamentos desses conflitos na Escola e que iria mandar um comunicado, pelo Politec-L, com esclarecimentos sobre a conduta da Reprepoli nesses processos. A Reprepoli solicitou ainda que a Direção documente as reuniões de mediação que foram feitas antes de as cartas chegarem ao CD EPSJV. E demandou também o auxílio da comissão tanto para que o CD defina os encaminhamentos coletivos para essa questão como para que oriente a Reprepoli sobre como agir nessas situações de conflito entre trabalhadores, tendo em vista que essa instância não tem regulamentação própria.

A Representação informou ainda que, assim que possível, será convocada uma assembleia para discutir uma proposta de regulamentação para a Reprepoli.

O coordenador do Labgestão disse que é uma situação difícil de lidar e que o laboratório se considerava injustiçado por não ter sido informado antes sobre a leitura da carta-denúncia de Marcello Coutinho na reunião do CD EPSJV de 25 de agosto de 2017. Ele reconheceu que o Labgestão não desconhece a existência do conflito, mas não considera que seja assédio, de acordo com as definições da cartilha da Fiocruz sobre o tema. Ele afirmou que os trabalhadores do laboratório sempre foram cuidadosos e respeitosos nas relações de trabalho com Marcello Coutinho, inclusive tentando resolver a questão antes que ela tomasse a proporção que tomou, principalmente depois que chegou ao conhecimento do CD EPSJV.

Ele disse que a exposição a qual o Labgestão foi submetido com a leitura da carta-denúncia gerou sofrimento a ele, pessoalmente, e também a outros trabalhadores do grupo, mas que, apesar disso, continuou exercendo suas atividades docentes junto com Marcello Coutinho, cumprindo os compromissos assumidos.

Ele questionou ainda a demora em ter acesso aos documentos para que o laboratório pudesse se defender. Segundo ele, essa demora interrompeu o processo de trabalho no Labgestão que, a todo momento, tinha que parar outras atividades para discutir essas questões. Disse ainda que é difícil estar em sala de aula sem saber o que está passando na cabeça dos alunos.

Destacou ainda que o Labgestão, apesar de ter atendido às demandas apresentadas por Marcello Coutinho, ficou na berlinda e teve sua dignidade manchada. Por isso, entende que cumpriu seu papel e solicita que Marcello se retrate das ofensas que fez ao laboratório.

O representante do Lateps reafirmou que o CD EPSJV não é um tribunal e tampouco é a instância mais adequada para discutir esse assunto. Na sua avaliação, cabe a uma assembleia de trabalhadores discutir a atuação da Reprepoli nessa situação. Ele defendeu a posição do Lateps de que se faça a formalização administrativa da carta-denúncia que foi lida oficialmente no CD e propôs que o Conselho delibere sobre se há ou não elementos suficientes na carta-denúncia para dar prosseguimento a uma investigação ou sindicância. Segundo ele, na avaliação do Lateps, a carta-denúncia não tem elementos que justifiquem a investigação e Marcello Coutinho deve ser convocado a dar explicações e se retratar para que o assunto seja encerrado.

O representante do Grêmio Politécnico disse que os alunos estão tomando conhecimento dos fatos de forma não oficial, por meio de boatos e conversas de corredor, e que isso está prejudicando o Grêmio, que tem sido cobrado pelos alunos a se posicionar. Na avaliação dos seus representantes, no entanto, o Grêmio não pode se posicionar, já que não tem como avaliar quem tem razão. Ele disse ainda que o Grêmio não achou que deveria disponibilizar o conteúdo das cartas para os alunos, mas que gostaria de ser orientado sobre como devem ser as conversas com os alunos, pois esses fatos têm prejudicado a relação com os professores em sala de aula. Segundo o representante do Grêmio, a informação de que, ao longo desse processo conflituoso, a Adelyne teria sofrido um aborto impactou os alunos. Assim, ele pediu mais cuidado com a exposição desses conflitos, que têm abalado os estudantes.

O coordenador do Laborat disse que os fatos que estão acontecendo afetam a vida de todos os trabalhadores da Escola e que, em sua avaliação, a eleição não pode ser justificativa para esses conflitos, pois ele considera que a eleição terminou no dia da apuração. Ele disse esperar que a questão dos conflitos possa ser superada

para que todos possam se dedicar a outros trabalhos. Na avaliação do Laborat, as pessoas envolvidas na mediação do conflito não têm a isenção necessária para esse trabalho, pois algumas delas estavam muito envolvidas no processo eleitoral para a Direção da EPSJV, o que, na avaliação do grupo, teria inclusive agravado o conflito.

Ele disse que o Laborat apoia a sugestão do Lateps e considera que as partes envolvidas na mediação devem fazer um mea culpa dos erros que eles consideram que tenham acontecido na condução desse processo.

A Reprepoli esclareceu que os atuais integrantes da representação foram eleitos antes das eleições para a Direção da EPSJV e que considera um absurdo ser acusada de falta de isenção no processo de mediação do conflito, tendo em vista que deu tratamento igual a ambos os lados durante todo o processo. Sobre a questão se houve equívoco ou não na leitura das cartas no CD EPSJV, a Reprepoli disse que se não lesse as cartas também seria questionada e que leu as cartas com a anuência do CD EPSJV. Disse ainda que não é papel da Reprepoli fazer juízo de valor sobre os envolvidos nos conflitos e que não considera que a Reprepoli deve fazer mea culpa sobre a condução do processo.

O coordenador do Laborat esclareceu que não teve a intenção de atacar a Reprepoli, mas que foi essa impressão para quem estava de fora do processo. Disse ainda que a assembleia a ser convocada pela Reprepoli será importante para discutir esse processo. Segundo ele, a sugestão do Laborat de que seja feito um mea culpa teria o objetivo de passar uma mensagem para a Escola de que situações como essa não vão se repetir e que houve erros de ambas as partes.

O coordenador do Laborat apontou ainda a importância de haver uma discussão futura sobre a movimentação de trabalhadores na Escola, considerando que os laboratórios devem possuir autonomia para deliberar sobre essas movimentações, mas que é importante haver fluxos e critérios.

A coordenadora do Lavsa disse que esperava que a comissão ajudasse a Escola a superar esses conflitos e também destacou a importância da assembleia que será convocada pela Reprepoli para discutir sua regulamentação. Ela disse que o Labgestão não é o único laboratório que passou por conflitos e que o próprio Lavsa, por exemplo, já perdeu trabalhadores, assim como já acolheu profissionais que tiveram problemas em outros locais de trabalho. Ela disse que o CD EPSJV precisa reconhecer que houve um equívoco no encaminhamento das cartas e que ela considera que não houve assédio e que isso deve ser reconhecido pelas partes envolvidas na denúncia para que esse processo seja encerrado. Ressaltou ainda que é importante respeitar as diferenças e que a eleição acabou no dia da apuração.

O vice-diretor de Ensino lembrou que a Direção fez um esforço, desde o início do processo, para fazer uma mediação entre as pessoas envolvidas nos conflitos, com a participação também da Reprepoli e a Seção de Gestão de Pessoas. Destacou ainda que a Direção sempre teve a conduta de não fazer julgamentos, mas sim encaminhar para a mediação do conflito.

Luciana Cavanellas disse que, assim como alguns membros do CD EPSJV, também considera que haja reparações individuais a serem feitas, mas que é importante ampliar o olhar para discutir e preservar o valor que a Escola tem. Ela ainda reiterou a disposição da comissão para ajudar nesse processo.

Andrea da Luz apresentou as possibilidades de encaminhamentos do tema que poderiam ser definidos pelo CD EPSJV. Segundo ela, as alternativas são a mediação entre as partes, a abertura de uma sindicância ou de um processo administrativo e

disciplinar. Ela destacou que não é a comissão que define qual vai ser a alternativa, que isso é uma prerrogativa da Escola, mas que elas estão à disposição para atuar em qualquer um desses caminhos.

A coordenadora do Latec disse que não cabe ao CD EPSJV avaliar a situação das pessoas que estão em conflito, pois não tem preparo técnico para isso, e que se sentia constrangida ao escutar a leitura das cartas e também com o pedido de ajuda do Grêmio. Disse ainda que a Escola deve tomar muito cuidado com o sofrimento que pode ser causado também aos alunos.

O coordenador do Lic-Provoc disse que é importante identificar quais são os professores que estão tratando dessas questões com os alunos e que eles sejam chamados pela Direção a dar explicações. Ele disse ainda que o sofrimento não é apenas de quem se considera vítima, mas também do "algoz" e que é preciso ter cuidado com o discurso de sofrimento. Para ele, os posicionamentos dos coordenadores do Lateps, Laborat e Labgestão, quando dizem que não há elementos para uma investigação, ferem o que foi decidido em outras reuniões daquele Conselho, pois foi afirmado várias vezes que o CD EPSJV não tem competência para julgar os casos, devendo, assim, dar encaminhamento para que as questões sejam tratadas nas instâncias competentes.

A coordenadora do Labform disse que discorda que Marcello Coutinho seja convocado a se retratar, pois isso pressupõe um pré-julgamento. Ela propôs que a Direção encaminhe a abertura de uma sindicância e disse que espera que esse processo ajude a repensar e reconstruir as relações da Escola.

O coordenador do Labman disse que é importante que os problemas trazidos pelas cartas sejam resolvidos e que os fatos narrados nas cartas sejam apurados, mas não pelo CD EPSJV, que não tem essa função. Ele defendeu que seja feita externamente e que, a partir do resultado da investigação, o CD EPSJV decida o que fazer.

O representante da coordenação do Lateps disse que era importante finalizar esse processo, antes que ele se agravasse ainda mais. Sobre a questão levantada pelo Grêmio, disse que deveria ser facultado a eles não participar de reuniões com assuntos graves como esses de conflitos entre trabalhadores. Disse ainda que a assembleia da Reprepoli será importante para discutir as atribuições da Representação. Durante o debate, ele defendeu, então, que seja feita a sindicância para que os fatos sejam apurados e que o assunto seja encerrado na Escola neste momento, voltando a ser discutido quando houver o resultado da sindicância.

A Direção buscou sintetizar questões que surgiram durante o debate, a fim de que o CD deliberasse sobre o que fosse pertinente, a saber: necessidade de se discutir os processos de movimentação interna dos trabalhadores na Escola; criação de um regimento interno da Reprepoli (discussão que será encaminhada pela própria Representação de Trabalhadores); retratação de Marcello Coutinho; e abertura de uma sindicância para apurar os fatos. O representante da coordenação do Lateps disse que retiraria a proposta de retratação em prol da sindicância. Já a coordenadora do Lavsa defendeu que o CD EPSJV recomende que Marcello Coutinho se retrate e que não seja feita a sindicância, que deve se arrastar por muito tempo. O coordenador do Laborat disse que o CD não poderia votar pela retratação, pois o trabalhador não é obrigado a se retratar.

Após debates, o CD decidiu, por unanimidade, votar a proposta única de abertura de uma sindicância externa à EPSJV. A votação teve o seguinte resultado:

A favor: 10 votos – Direção, Labform, Reprepoli (3 votos), Lic-Provoc, Lires, Laborat, Lateps e Labman

Contra: nenhum voto

Abstenções: 3 votos – Lavsa, Labgestão e Grêmio

A coordenadora do Lavsa fez declaração de voto, justificando não reconhecer elementos que configurem assédio moral na carta de Marcello Coutinho e que justifiquem o processo de sindicância.

O coordenador do Labgestão também fez declaração de voto, dizendo que não considerava a acusação procedente, mas que a sindicância poderia apurar os fatos, no entanto, não cabia a uma das partes envolvidas definir como a questão seria tratada.

O representante do Lateps esclarece que, embora não reconhecesse elementos para uma investigação, votou para que a sindicância apure isso.

A abertura da sindicância será encaminhada pela Direção da Escola, de acordo com a orientação da comissão.

A Direção se desculpou com o Grêmio, por eles estarem vivenciando esse processo, e se colocou à disposição dos estudantes para discutir o encaminhamento dessas questões.

11 de outubro

INFORMES

Controle de Qualidade

O Latec iniciou no mês de outubro as atividades de implantação da Gestão da Qualidade nos espaços laboratoriais de ensino do Latec. Essa implantação segue os princípios das Boas Práticas de Laboratório e de Normas, preconizadas em um sistema de gestão de qualidade aplicáveis a laboratórios de ensino, e tem como objetivo principal a adoção de um conjunto de condutas para adequação dos processos realizados nesses espaços a esses princípios, assegurando a qualidade e integridade dos trabalhos desenvolvidos.

Isso significa mudança no fluxo de aulas práticas que utilizam esses espaços, cuja reserva, agora, vai demandar mais antecedência. O professor titular das disciplinas é quem deve ser responsável pela relação com o Latec.

A diretora da EPSJV lembrou que, já há alguns anos, a EPSJV responde a formulários sobre qualidade em várias áreas. Hoje o responsável por isso é o Rodrigo Souto, da Informática, que faz conversas pessoais com os setores envolvidos, mas é preciso incorporar essa preocupação na rotina institucional. Segundo ela, no próximo ano, a Escola vai ampliar essa discussão para as câmaras técnicas.

Cursos

A coordenadora do Lavsa informou que, depois de muita negociação, conseguiu-se retornar o orçamento do Projeto Teias praticamente ao valor originalmente previsto. Com isso, as metas serão cumpridas, embora o atraso tenha causado problemas. Uma turma que deveria ter começado em setembro terá início no dia 14 de novembro e a turma seguinte será aberta a partir de fevereiro de 2018.

Ela registrou ainda o início do Curso de Qualificação Profissional em Vigilância Sanitária de Produtos, no final de setembro.

O coordenador do Labgestão informou o início de dois novos cursos em setembro: Qualificação Profissional em Gestão Hospitalar e Qualificação Profissional em Gestão de Serviços e Sistema de Saúde. São formações voltadas para os trabalhadores do SUS, que duram até o fim do primeiro semestre de 2018.

Conferência de Vigilância em Saúde

A coordenadora do Lavsa informou a participação de pesquisadores do seu laboratório como representantes da EPSJV num Grupo de Trabalho que organizou a Conferência Livre de Vigilância em Saúde da Fiocruz, preparatória para a nacional, que será promovida pelo Conselho Nacional de Saúde entre 28 de novembro e 1º de dezembro. Os representantes da Escola foram responsáveis pela redação do texto de um dos eixos do documento-base da Conferência na Fiocruz.

A coordenadora pediu que cada laboratório enviasse pelo menos um representante a uma reunião aberta na EPSJV que aconteceria na semana seguinte com o objetivo de discutir o texto elaborado pelo Lavsa.

Além da elaboração do documento, os pesquisadores Mauricio Monken e Grácia Gondim têm sido convidados para palestras em conferências estaduais. A coordenadora explicou ainda que a, a cada 50 participantes na conferência livre, pode ser eleito um delegado para a nacional, com o teto máximo de quatro delegados.

Cooperação Internacional

A diretora da EPSJV informou que a Escola foi convidada a participar de um seminário sobre febre amarela na África organizado pela RINS. Os representantes foram dois pesquisadores do Lavsa, Edilene Pereira e Bárbara Valente.

A EPSJV, com o apoio da ENSP, incluiu na pauta do CD Fiocruz a discussão sobre a sustentabilidade das redes sediadas na Fiocruz, a exemplo da RETS (Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde), a Rede de Escolas de Saúde Pública (RESP) e a Rede dos Institutos Nacionais de Saúde (RINS). Foi discutida a questão de que o orçamento das redes não pode estar ancorado em um único país e que é primordial potencializar a interlocução política para se trazer recursos para as redes.

Demanda de força de trabalho

O coordenador do Lic-Provoc informou que seu laboratório está com uma carência grave em relação à força de trabalho, após a saída de vários profissionais. Ele ressaltou que, mais recentemente, a saída das Olimpíadas do Meio Ambiente da EPSJV para a presidência fez com que o laboratório perdesse o apoio de todos os trabalhadores vinculados a esse projeto. Ele deu exemplos de ações que estão paralisadas – como o Observatório da Juventude – ou prejudicadas – como o de Escolas do Campo – por conta da falta de pessoal.

A coordenadora do Lavsa afirmou que seu laboratório passa pela mesma situação, embora, por enquanto, ainda não estejam deixando de cumprir compromissos. Informou também que o colegiado já aprovou a vinda de um servidor do Ministério da Saúde do campo de saúde do trabalhador, que é uma lacuna do laboratório. Estão aguardando o fim das negociações para a cessão.

A coordenadora do Latec lembrou que, já na época do concurso, informou ao CD a situação do seu laboratório em relação à força de trabalho. Segundo ela, seu grupo

de trabalho tem hoje seis servidores em condições de se aposentar e, diante da ameaça da reforma da previdência, eles devem fazer jus a esse direito. Como exemplo da carga de trabalho que estaria prejudicada, ela lembrou que o Latec tem três cursos técnicos, além de outras formações.

O coordenador do Labgestão disse que seu laboratório vive carência semelhante e que dois dos seus servidores devem solicitar aposentadoria em breve. Ele explicou que há uma vacância de profissional na área de direito que está sendo resolvida com a negociação sobre a vinda de uma servidora de fora da Escola. Permanece ainda o problema na área de estatística, já que a servidora dessa área, lotada no Lateps e que dava apoio aos cursos do Labgestão, saiu da Escola. Neste momento, o laboratório está em negociação para conseguir a contribuição de um servidor de outra unidade que é, ao mesmo tempo, da área de estatística e epidemiologia.

O representante do Lires também destacou carência de força de trabalho, explicando que o laboratório cedeu profissionais para outros espaços da Escola e que, neste momento, já há um servidor de licença e outra, que está grávida, em breve estará também de licença maternidade.

A coordenadora do Lateps ressaltou que a quantidade de informes sobre força de trabalho demonstrava a necessidade de se pautar esse tema numa reunião específica de CD. A diretora da EPSJV concordou e lembrou que no CD anterior já havia sido decidido que haveria uma reunião para tratar dessa pauta, incluindo a demanda de terceirizados.

Agenda Jovem

O vice-diretor de ensino informou que a Fiocruz está fazendo um mapeamento das atividades relativas ao público jovem. A solicitação de informações ao conjunto da Escola será feita por email. A pessoa de referência da EPSJV para esse tema na Fiocruz é Cristiane Braga, do Lic-Provoc.

Segurança

A direção informou que está em contato permanente com a Cogic para se atualizar sobre a instalação da proteção balística no prédio da Escola. O prazo para que a Fiocruz recebesse todos os orçamentos era 18 de outubro.

PAUTAS

Bolsa Fiotec

O CD aprovou a concessão de bolsa para o servidor Flavio Astolfo, do Lires, que já participa como tutor e docente do projeto de radioterapia, coordenado pelo Labman.

A direção informou que tem procurado os trabalhadores que solicitam bolsa a ser aprovada no CD para complementar informações, já que, na sua avaliação, os dados que constam do formulário de solicitação não são suficientes para uma análise mais completa. Especificamente em relação à bolsa que estava em debate, foi informado, por exemplo, que o plano de trabalho excede em 20,8 horas a carga horária – informação que, como interrogou a coordenadora do Lateps, não constava do formulário a que os conselheiros tiveram acesso.

A direção lembrou que já mencionou em outro CD a necessidade de que se faça um refinamento desse formulário, deixando clara a ocupação da carga horária. A coordenadora do Lateps, no entanto, defendeu que, mais importante do que o rigor matemático – que pode até apontar irregularidade, em casos em que se ultrapassem as 60 horas permitidas por lei -, é o mérito, a afirmação de uma

excepcionalidade que justifica o trabalho a mais e o recebimento de bolsa. A diretora explicou que é preciso analisar a carga horária porque a regulamentação feita pela EPSJV estabelece que a participação em projetos não pode coincidir com o horário de trabalho e, quando o servidor viaja para um projeto, por exemplo, ele está em horário de trabalho.

Movimentação de trabalhadores

O CD aprovou a vinda da servidora Cristiane Sendim da Procuradoria Federal da Fiocruz para o Labgestão. Além de ter ampla experiência como gestora – foi diretora da Dirad, chefe de licitação e coordenadora da Farmácia Popular –, ela já está ministrando a disciplina do curso técnico de gestão na Escola e se comprometeu com outros cursos. Sua especialidade é direito sanitário, uma área de vacância do laboratório.

A coordenadora do Lateps falou da importância de se valorizar a busca ativa de servidores feita pelo Labgestão, sobretudo num contexto em que a EPSJV tem tido muitas perdas, com servidores saindo para outras unidades. O coordenador do Labgestão lembrou que o laboratório faz isso há muito tempo e já teve sucesso em trazer outros servidores.

A direção concordou com a importância dessa busca e destacou que a Escola já vem adotando essa prática há algum tempo, por exemplo, na recomposição da equipe da Coordenação de Administração. Ela destacou que, do ponto de vista geral, do serviço público, é um problema porque alguma unidade perde para que outra ganhe, mas reconheceu que essa tem sido uma alternativa possível na atual conjuntura.

Concurso Fiocruz 2016 (entrega de CPF pendente)

A direção informou que está em negociação com a presidência em relação à entrega do CPF em troca do servidor público aprovado no último concurso. O objetivo é tentar atender ao pedido de solidariedade feito pelo Labgestão em CD anterior e evitar a perda de trabalhadores pela Escola. Lembrou, no entanto, que, enquanto isso não se resolve, a Escola está em dívida com a Cogepe. Por isso, sugeriu enviar agora o CPF do trabalhador Ramón Castro. Caso a Escola tenha sucesso nas negociações, poderá ser substituído mais adiante. A direção afirmou ainda que, se conseguir flexibilizar a entrega de CPFs, voltará ao CD para discutir como proceder.

Segundo a coordenadora do Lateps, seu laboratório entende que não cabe ao CD se pronunciar sobre esse tema. Cada grupo de trabalho indicou o CPF que seria entregue referente à sua vaga e, no caso do Labgestão, a decisão requer um encaminhamento da direção e não do CD. Afirmou ainda que, pessoalmente, defende que se mantenha a dívida com a Cogepe, não enviando CPF nenhum enquanto as negociações não forem finalizadas. A direção lembrou que essas eram as regras desde o início e que alguns laboratórios inclusive optaram por não demandar vaga no concurso por entenderem que não tinham CPF para entregar.

O coordenador do Lic-Provoc discordou tanto da representante do Lateps quanto da direção, defendendo que a Escola tinha que cumprir o que estava previsto nos seus instrumentos legais. Ele citou, então, o regimento da EPSJV, segundo qual é responsabilidade do CD da Escola decidir sobre movimentação de trabalhadores, o que, na sua avaliação, inclui a entrega de CPF para vaga de concurso público. Isso se dá, destacou, mediante apreciação prévia dos laboratórios.

O coordenador do Labgestão disse que considera difícil fazer gestão na Escola e que seu laboratório passa por um momento de crise de força de trabalho, com acúmulo de atividades para os professores, por isso, estão tentando conseguir novos

profissionais por outros meios que não apenas os concursos públicos. Disse ainda que tem conhecimento das regras estabelecidas quando houve a demanda de vagas (que cada laboratório que solicitasse um novo servidor público deveria entregar o CPF de um trabalhador terceirizado), mas que quando houve a solicitação da vaga, em 2016, o Labgestão tinha dois terceirizados e que, agora, no momento de definir quem será substituído pelo novo servidor, tem apenas um e que, se entregar esse CPF, ficará sem nenhum terceirizado para ser substituído em um eventual novo concurso público. Disse ainda que se o Marcello Coutinho tivesse passado no concurso, ele entregaria o próprio CPF, mas como não passou e ainda rompeu com o laboratório, acabou gerando um problema para o Labgestão. Lembrou também que o fato de o Labgestão receber uma nova servidora é relevante para as atividades do laboratório, mas não supre todas as suas necessidades de força de trabalho.

O coordenador do Laborat disse que a discussão de CPFs para concurso sempre gera conflitos, independentemente da instância que faz essa deliberação, e que a posição do Laborat é de respeitar a decisão do Labgestão, sem entrar no mérito da questão.

A coordenadora do Lavsa disse que não se pode ignorar que o contexto mudou entre a solicitação da vaga pelo Labgestão, em 2016, e o momento atual, quando o CPF deve ser entregue, após a saída de Marcello Coutinho. Segundo ela, quando o Labgestão disse que, possivelmente, o CPF entregue seria do Ramón, o outro trabalhador terceirizado ainda não tinha deixado o laboratório. Agora, com a sua saída e a entrega do CPF de Ramón, o Labgestão perderia dois trabalhadores.

A Reprepoli observou que, da mesma maneira que o CD EPSJV se posicionou sobre a movimentação de Marcello Coutinho para outro setor, deveria, agora, se posicionar sobre o CPF. Além disso, lembrou, o CD tinha acabado de aprovar a vinda de uma servidora, de outra unidade, para recompor a força de trabalho do Labgestão. Disse ainda que o CPF deve sair do laboratório que solicitou a vaga, pois não seria coerente perder um trabalhador de outro setor, que exerce funções distintas do servidor que tomará posse.

O coordenador do Laborat questionou a Reprepoli se o caso do professor Ramón também havia sido apreciado pela Representação, tendo em vista que ele também é um trabalhador da Escola. A Reprepoli esclareceu que conversou diretamente com alguns trabalhadores do Labgestão, mas que, em nenhum momento, a situação do professor Ramón foi colocada para a Reprepoli, assim como a Representação também não foi procurada por Ramón. Por isso, a Reprepoli tinha tranquilidade para não se abster na votação, pois não seria coerente com a maneira como a Representação vem acompanhando o processo.

A direção destacou que quando um laboratório ou setor faz a opção de receber um concursado, está fazendo um planejamento a longo prazo no serviço público e que, assim como já aconteceu outras vezes, nem sempre o terceirizado é aprovado no concurso público e pode ser substituído por ele mesmo. Mesmo assim, a direção não considera que ao entregar o CPF de um terceirizado, o laboratório está perdendo um trabalhador, pois ele será substituído pelo servidor que foi aprovado no concurso público. Disse ainda que o fato de o Labgestão ficar sem nenhum terceirizado para ser substituído em um eventual novo concurso público não é para ser discutido agora já que, neste momento, é necessário resolver as questões relativas ao concurso atual.

A coordenadora do Lateps questionou se todos estavam suficientemente esclarecidos para deliberar, pois considerava que as discussões não deveriam ser

interrompidas antes disso. O coordenador do Lic-Provoc sugeriu que se fizesse uma votação para verificar se o CD estava esclarecido.

Em seguida, foram realizadas duas votações:

O CD EPSJV está esclarecido para deliberar sobre a entrega do CPF?
Sim – 7 votos - Direção, Reprepoli (3 votos), Lic-Provoc, Latec e Lires
Não – 4 votos - Laborat, Lateps, Lavsa e Labgestão
Abstenção – 1 voto - Labman

Entrega do CPF do professor Ramón
A favor – 6 votos - Lic-Provoc, Direção, Reprepoli (3 votos), Latec
Contra – 4 votos - Laborat, Lateps, Lavsa e Labgestão
Abstenção – 2 votos - Labman e Lires

Congresso interno da Fiocruz

A Direção fez uma breve apresentação do documento base do Congresso Interno da Fiocruz e da metodologia que está sendo proposta para as discussões sobre os temas do congresso. Nesta edição, o documento do congresso, além de ser discutido nas unidades e no CD Fiocruz, também será debatido nas Câmaras Técnicas da Fiocruz e haverá uma consulta pública interna, por meio da qual será possível que todos os trabalhadores façam contribuições individuais.

A direção propôs que sejam feitas duas assembleias na EPSJV, nos dias 23 e 27 de outubro, para discutir o documento base, e uma nova assembleia no dia 14 de novembro para eleição dos delegados que representarão a Escola no Congresso Interno. O CD EPSJV aprovou o cronograma proposto pela direção.

Bandejão

A Direção informou que o contrato atual com a empresa que fornece alimentação para os estudantes da EPSJV foi renovado por seis meses, até fevereiro de 2018. Depois disso, será necessária uma nova licitação, pois o atual contrato já excedeu os 25% de adjetivação permitida por lei, por causa dos cursos de Biotecnologia e Radiologia que não existiam quando o atual contrato foi licitado.

A nova licitação deverá ter um modelo híbrido, com a EPSJV ficando responsável pela compra de alguns alimentos provenientes da agricultura familiar, entre eles: verduras, tubérculos, frutas e feijão, sendo o restante fornecido pela empresa que ganhar a licitação, bem como o preparo das refeições.

Para 2018, a EPSJV recebeu uma verba de R\$ 83.656,00 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor foi calculado pelo número de alunos matriculados na Educação Básica (ensino médio e EJA) em 2017. No contrato para 2018, a Escola também vai prever algumas questões de sustentabilidade ambiental, que devem ser observadas pelos órgãos públicos, como a redução do uso de descartáveis e o uso de produtos sustentáveis. A partir de 2018, todos os órgãos públicos federais devem reduzir em 20% o uso de descartáveis.

Para 2019, a meta é que a EPSJV passe a ter um serviço próprio de alimentação para os estudantes, ficando responsável diretamente por todos os processos e garantindo um custo menor.

A verba do PNAE só pode ser usada para os estudantes da Educação Básica, que nos caso da EPSJV, são os alunos do Ensino Médio e EJA. A EPSJV solicitou à Procuradoria da Fiocruz um parecer sobre quais cursos podem ser considerados na alimentação. Atualmente, a EPSJV oferece alimentação para todos os alunos matriculados na Escola, mas com o recebimento da verba do PNAE, parte desse

custo, dos alunos que não estão incluídos na Educação Básica, terá que ser financiado pela EPSJV. Pelo modelo atual, 25% do orçamento do contrato de alimentação destinam-se a estudantes não incluídos na Educação Básica.

A coordenadora do Lateps observou que a lei da alimentação escolar estabelece apenas quem tem direito a receber alimentação, mas não diz quem não pode receber e que, portanto, se a lei não impede formalmente, abre uma brecha para a oferta de alimentação para todos os estudantes, desde que haja orçamento suficiente para financiar o serviço de alimentação. Segundo ela, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) diz que a educação profissional integra diferentes níveis de educação, incluindo concomitante, subsequente e integrada, o que daria uma brecha para oferecer a alimentação a alunos de diversos cursos da EPSJV com a verba do PNAE. Ela sugeriu ainda que a Escola construa seus argumentos para apresentar à Procuradoria, em vez de esperar a argumentação deles, pois é a EPSJV que tem a competência para interpretar a legislação educacional.

Marcelle da Costa, da Seção de Materiais e Compras da EPSJV, reafirmou que a lei não restringe, mas que, nem por isso, pode se dizer que ela permita, pois isso depende da interpretação dos órgãos fiscalizadores, por isso, é tão importante que a Escola tenha um respaldo jurídico. Alexandre (Compras) também explicou que a busca do respaldo jurídico é importante porque a utilização da verba do PNAE é fiscalizada por uma auditoria externa e, caso seja constatada alguma irregularidade, o órgão público é punido e perde o direito de receber novos recursos.

O coordenador do Laborat reconheceu a importância do serviço de alimentação oferecido pela EPSJV para a qualidade de vida dos alunos, muitos deles em situação social vulnerável e até desempregados, e disse que considerava importante que a Escola conseguisse manter essa oferta.

O coordenador do Labgestão questionou se a verba destinada por Biomanguinhos, que é parceiro do curso de Biotecnologia, pode ser usada também na alimentação dos estudantes. Disse ainda que, no caso das universidades que oferecem bandeirão, todos os alunos têm direito à alimentação, independentemente de serem trabalhadores ou não, e que é importante que a EPSJV consiga manter esse direito para os alunos da Escola que são trabalhadores também.

A Reprepoli disse que considerava fundamental a consulta à Procuradoria para incluir o máximo de cursos possíveis na verba do PNAE. E propôs que a Escola discuta coletivamente o orçamento para incluir os cursos que não são enquadrados no PNAE no serviço de alimentação.

A coordenadora do Lateps disse então que considerava que não se deveria "esticar a corda" para incluir todos os cursos na PNAE, já que a Educação Básica já está garantida, mas que valeria a pena tentar garantir recursos para que todos os outros alunos também tenham direito à alimentação.

A Direção destacou que os cursos de formação inicial e continuada são os mais difíceis de enquadrar para usar a verba do PNAE e são também, justamente, os trabalhadores mais precarizados dos sistemas de saúde. Destacou que acha fundamental manter o serviço de alimentação, para o maior número de alunos possível, mas dentro da legalidade necessária para que a Escola não se exponha institucionalmente. Disse também que é importante discutir coletivamente a questão do serviço de alimentação durante a elaboração do PA 2018 da EPSJV.

Contratação dos profissionais da RET-SUS

A Direção informou ao CD EPSJV que a forma de contratação das duas jornalistas e um desenvolvedor que faziam parte da Secretaria de Comunicação da RET-SUS pela EPSJV, conforme aprovado pelo CD EPSJV, ainda não estava definida. Como os três eram terceirizados por meio da Fiotec, o vínculo deles não pode ser alterado para bolsistas, sem que antes cumpram um afastamento de seis meses da Fiotec. Depois desse período, poderiam ser incluídos como bolsistas em um projeto que está sendo construído pela Escola. Depois que foram desligadas do Projeto RET-SUS, as jornalistas continuaram terceirizadas pela Fiotec, mas vinculadas ao Projeto de Radioterapia, coordenado pelo Labman. O desenvolvedor foi demitido no dia 9 de outubro.

Após estudar todas as possibilidades, a Direção, em conjunto com outros setores da Escola envolvidos no processo, verificou que a melhor alternativa para cumprir o afastamento é a contratação, por seis meses, dos três profissionais por uma das empresas de terceirização da EPSJV. Após esse período, eles serão demitidos e contratados como bolsistas do projeto que está sendo construído pela direção. Outra possibilidade seria a contratação desses profissionais por meio de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), mas essa forma de contratação por inelegibilidade tem critérios nos quais os três profissionais não se encaixam.

Para garantir a continuidade do trabalho dos três profissionais, a direção pediu ao CD EPSJV autorização para "furar a fila" de terceirização temporariamente, de modo que eles sejam contratados pela IPPP e demitidos daqui a seis meses.

A coordenadora do Lateps pediu esclarecimentos sobre as funções que esses profissionais exercem na Escola atualmente, questionou por que não se fez um esforço para manter o designer da RET-SUS como está sendo feito pelas jornalistas e o desenvolvedor. Perguntou ainda quem são os responsáveis pelo gerenciamento da "fila" de contratação e quem está nessa "fila", mas disse também que teria dificuldades em se posicionar sem antes ter discutido com seu laboratório, tendo em vista que o tema não estava na pauta do CD EPSJV.

A direção informou que a inserção dos trabalhadores da RET-SUS na Escola já tinha sido discutida e esclarecida em reuniões anteriores do CD EPSJV, mas relatou novamente que as jornalistas foram para a CCDE para suprir a demanda por profissionais daquele setor e que Adonái, embora contratado pelo projeto RET-SUS, era desenvolvedor de diversos sites e programas da Escola. Explicou novamente ainda que o designer foi desligado porque não há demanda de trabalho para essa área na Escola, tendo em vista que, com a mudança de coordenação, a CCDE passou a contar com três designers, que são suficientes para atender a demanda de trabalho do conjunto da Escola.

Sobre a "fila", a Direção esclareceu que há um grupo de cerca de 12 trabalhadores que estão na Escola há alguns anos, sempre com vínculos precarizados, e que a Vice-Direção de Gestão está fazendo estudos de viabilidade para que esses profissionais possam ser terceirizados. Além disso, a direção, nas reuniões que serão iniciadas com os laboratórios, vai fazer o levantamento de outras demandas de força de trabalho que poderiam ser incluídas na "fila".

A Reprepoli disse que era preciso ter um mapeamento das demandas para que o CD EPSJV pudesse tomar uma decisão e sugeriu que fosse marcada uma reunião extraordinária para discutir a contratação dos três profissionais e também as outras demandas de contratação de trabalhadores.

A Direção ressaltou que tinha urgência na decisão, pois o vínculo das jornalistas só estava garantido até o fim do mês e Adonái já estava desempregado, portanto, era importante que os trabalhadores soubessem o mais breve possível se continuariam

empregados ou não. Informou ainda que só trouxe a questão para o CD agora porque estava estudando todas as alternativas possíveis. No entanto, diante do encaminhamento apresentado, a direção sugeriu que fosse marcada uma reunião extraordinária para o dia 20 ou 24 de outubro para deliberar sobre a contratação.

A coordenadora do Lateps destacou que, por uma questão de princípios, era contra o desligamento de trabalhadores. Disse ainda que se sentia contemplada com os esclarecimentos da direção, salvo sobre a composição da "fila", mas que devido à necessidade de urgência da decisão, considerava que o CD já poderia deliberar sobre o tema naquela reunião. Destacou ainda que era importante não se perder a memória de que a contratação era provisória e de que não deveria trazer prejuízo a outras demandas de contratação de força de trabalho.

A direção reafirmou que a contratação era apenas por seis meses, apenas para cumprir a interrupção necessária e que, após esse período, os três profissionais seriam contratados como bolsistas e entrariam na "fila" de terceirização para serem desprecarizados quando fosse possível, de acordo com as demandas institucionais.

O coordenador do Laborat disse que era importante discutir sobre a "fila", mas que, por um princípio ético, sempre se posicionaria contra demissões. Disse ainda que se a contratação era por seis meses e que, após esse prazo, os três voltariam a ter igualdade de condições com os outros trabalhadores da "fila", o CD EPSJV poderia deliberar sobre o tema.

O coordenador do Labgestão também disse que se havia a garantia de que os trabalhadores, após seis meses, voltariam para a fila, concordava que o CD EPSJV deliberasse logo sobre o tema.

Após os debates, o CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a terceirização dos três profissionais pelo período de seis meses.

Presentes

10 de outubro

Adriana Ricão (VDGDI)
Alexandre Moreno (Labman)
Ana Lucia Soutto Mayor (Reprepoli)
Anakeila Stauffer (Direção)
André Malhão (Lateps)
Andrea da Luz (comissão)
Andrea Oliveira (Reprepoli)
Carlos Maurício (VDEI)
Daniel Groisman (Laborat)
Etelcia Molinaro (Latec)
Filipe Santos (Reprepoli)
Gilberto Estrela (Labgestão)
Ieda Barbosa (Lavsa)
José Mauro (Lires)
Julia Bittencourt (Grêmio Politécnico)
Luciana Cavanellas (Saúde do trabalhador da Cogepe)
Luciana Figueiredo (Labform)
Márcio Rolo (Lic-Provoc)
Pedro Gabriel (Grêmio Politécnico)

Sérgio Ricardo (VDPDT)

11 de outubro

Adriana Ricão (VDGDI)
Alexandre Lima (Seção de Materiais e Compras) - convidado
Alexandre Moreno (Labman)
Ana Clara (Seção de Materiais e Compras) - convidada
Ana Lucia Soutto Mayor (Reprepoli)
Anakeila Stauffer (Direção)
Andrea Oliveira (Reprepoli)
Carlos Maurício (VDEI)
Daniel Groisman (Laborat)
Etelcia Molinaro (Latec)
Felipe Granato (Labform)
Filipe Santos (Reprepoli)
Gilberto Estrela (Labgestão)
Gisele Luiza Apolinário (Secretaria Escolar)
Ieda Barbosa (Lavsa)
José Mauro (Lires)
Juliana e Costa de Carvalho (Seção de Materiais e Compras) - convidada
Marcelle Costa (Seção de Materiais e Compras) - convidada
Márcio Rolo (Lic-Provoc)
Maria Emília (Reprepoli)
Marise Ramos (Lateps)
Sérgio Ricardo (VDPDT)
Taísa Machado (VDEI) - convidada